

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GUARULHOS

Aos **vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis**, às nove horas da manhã, a Presidente deste Conselho verificou a ausência de quórum para início formal da reunião, solicitando que fosse aguardado alguns minutos para possibilitar a chegada dos demais membros.

Às **nove horas e dezenove minutos**, deu-se início à reunião, ainda sem número regimental suficiente para deliberações. A Presidente **Sra. Renata Benfatti Cora** consultou os membros presentes quanto à concordância para exposição de informes e demandas recebidas por este Conselho, havendo anuência unânime.

Inicialmente, a Presidente apresentou a Adriana para os membros que ainda não a conheciam, como o novo apoio administrativo da Casa dos Conselhos, atuando no CME e informou a todos sobre os atendimentos que chegaram a este Conselho por meio de e-mail e telefone, procedeu a leitura de relatórios onde disponibilizamos as entradas das demandas e os seus devidos atendimentos. Relatou que foram atendidas **três solicitações de vaga**: uma para Berçário, uma para EJA e uma para CEEJA. A vaga de berçário foi disponibilizada na Associação Caritativa da Paróquia Nossa Senhora de Fátima. Foi também encaminhada, via SEI, solicitação referente à Educação Infantil, a qual permanece em análise pela Secretaria de Educação. Informou também, que através da UNCME recebeu instruções para dar continuidade ao atendimento da solicitação de vaga para o 3º ano do ensino médio pelo CEEJA. Informou ainda sobre a renovação da assinatura junto à UNCME, realizada em tempo hábil, ressaltando sua importância institucional. Comunicou que participará da reunião agendada para o dia 25 de fevereiro de 2026, trazendo posteriormente os informes pertinentes.

Na sequência, discorreu sobre a **convocação da Promotora de Justiça** para palestra acerca do **ECA Digital**, que será realizada na presente data, no auditório do CME Adamastor, para a qual foi convocada apenas a Presidente. Informou que houve questionamento sobre a possibilidade de participação dos demais membros, sem retorno até o momento. Esclareceu que foram convocados diretores das escolas municipais, estaduais e particulares, ponderando que, em razão da capacidade do espaço, possivelmente não comportaria número maior de participantes.

Retomando a pauta pendente da reunião anterior, tratou-se da reorganização das comissões temáticas previstas no Estatuto do Conselho. A Presidente questionou a continuidade dos grupos anteriormente constituídos e a retomada dos estudos. Informou, ainda, sobre o processo de recondução para o **novo mandato do CME**, previsto para ocorrer entre março e abril, ressaltando que o mandato vigente se **encerra em maio de 2026**.

A conselheira Francisca manifestou-se informando que membros em segundo mandato não poderiam ser reconduzidos, sendo seu caso específico. A Presidente informou que está sendo realizado levantamento atualizado da composição do Conselho e que as orientações serão oportunamente divulgadas, destacando que as indicações devem ser realizadas pelas respectivas organizações representativas, e não pela Secretaria de Educação.

O conselheiro Leandro, representante do Conselho Tutelar, informou que foi solicitado, via e-mail, atualização dos membros do Conselho Tutelar, esclarecendo que consta como titular, embora atualmente esteja na condição de suplente. A Presidente informou que está sendo feita atualização da lista de presença, inclusive com levantamento das ausências não justificadas.

Aberta a palavra para encaminhamentos ao Gabinete, a conselheira Maria Sandra questionou sobre a continuidade da demanda relacionada à disponibilização de neuropediatras nas UBS, considerando a necessidade de laudo municipal para acompanhamento específico de crianças com necessidades especiais. Foi esclarecido que há entendimento de que o laudo é exigência estadual para concessão de apoio de agente de inclusão.

A conselheira Ivonecia relatou situação envolvendo perda de vaga no transporte escolar gratuito

em razão de alteração de turno escolar, gerando incompatibilidade de horários. Levantou-se questionamento acerca do departamento responsável pelo transporte escolar gratuito e dificuldades enfrentadas por alunos transferidos da rede municipal para a estadual. Foi mencionado o caso específico da Escola Mikail II, onde responsável relatou desespero diante da impossibilidade de acesso ao transporte.

A conselheira Francisca esclareceu que, na rede estadual, a solicitação ocorre por meio da escola, com encaminhamento ao Programa LIGADO após apresentação de laudo. Informou ainda que ao fazer a matrícula na escola, o sistema de geolocalização indica a escola mais próxima da residência e, quando ultrapassada a distância de dois quilômetros, é ofertado transporte.

A Presidente sugeriu reavaliação dos percursos das peruas escolares, verificação das áreas não atendidas e eventual necessidade de ampliação contratual. Solicitou que o caso específico fosse formalizado por e-mail ao Conselho, com todos os dados para análise.

Passou-se à discussão sobre inclusão escolar. Conselheiras relataram aumento significativo de alunos com necessidades específicas, insuficiência de módulo de profissionais e sobrecarga docente. Destacaram dificuldades quanto ao número reduzido de apoios, limitação de jornada e impactos no cumprimento de metas pedagógicas. Foi sugerido estudo mais aprofundado por escola, com visitas técnicas e levantamento de demandas específicas, além de eventual solicitação ao Gabinete para revisão do módulo vigente. A Presidente deste Conselho esclareceu que não poderá ser realizada revisão neste momento, mas sim um “acompanhamento” do Departamento de Inclusão para “além do módulo”, o que configurará a fase 2 de verificação referente à temática. Informou, ainda, que já foi encaminhado Memorando de Convocação aos Diretores para reunião a ser realizada na próxima semana.

Foi sugerida também possível parceria com estudantes de Pedagogia para cumprimento de estágio obrigatório, sendo esclarecido que estagiários possuem limitações quanto à atuação direta em sala de aula e com as crianças, sendo possível apenas a observação.

A conselheira Maria Sandra, registrou experiência positiva de parceria entre escola e a UBS Belvedere no ano anterior, com encaminhamentos médicos, atendimento odontológico e palestras à comunidade, sugerindo retomada da integração entre Educação e Saúde, no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE).

O conselheiro Leandro destacou que muitos pais são orientados a procurar o Conselho Tutelar para questões que deveriam ser inicialmente tratadas pela Secretaria de Educação, sugerindo melhor orientação administrativa. A Presidente reforçou o fluxo adequado: supervisão escolar, ouvidoria, CME e, se necessário, demais instâncias.

Ana Paula, sugeriu uma maior aproximação entre Conselheiros Tutelares e escolas, inclusive com apresentações formais para fortalecimento do diálogo institucional. Ana Paula ainda sugeriu seja retomado aos assuntos elencados na ata da última reunião presencial de 2025 (novembro ou dezembro) pois continham muitas informações importantes que podem ser retomadas.

Por fim, ficou acordado que todos os apontamentos serão sistematizados e os documentos elaborados serão compartilhados no grupo de WhatsApp para apreciação e eventuais complementações. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião às dez horas e onze minutos. E, para constar, eu, Adriana Marra, Assistente de Gestão Pública e responsável pelo suporte administrativo deste Conselho, redigi e digitei a presente Ata, que após, lida e aprovada, será assinada por mim e pelos presentes.